
Ontogenia da divisão 780 (música) na Classificação Decimal de Dewey: Uma análise preliminar da 20ª edição

Ontogenia de la división 780 (música) de la Clasificación Decimal de Dewey: un análisis preliminar de la 20ª edición

A preliminary analysis of the DDC 780 class (music) in the 20th edition

Fernanda Carolina PEGORARO NOVAES, Walter MOREIRA, Isabela SANTANA DE MORAES

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Avenida Hygino Muzzi Filho, 737, Marília, SP, Brasil; walter.moreira@unesp.br, cttfernanda@gmail.com, isabela.santanademoraes@hotmail.com

Resumen

El objetivo general de este estudio es demostrar la importancia y el impacto que las modificaciones realizadas en la 20ª edición de la CDD trajeron a la clase de la música. Para ello, se analizaron los títulos de las subsecciones de primer nivel (.1 - .9) de la división 780 en las ediciones 18, 19 y 20 de la CDD. La metodología elegida para ese estudio fue la ontogenia por medio del análisis multi-facetado. Como resultado, se constata que el intercambio editorial realizado para ampliar el contexto cultural fue relevante para la revisión conceptual y la quiebra de los sesgos presentes en dicha clase en las ediciones anteriores. El análisis demostró cómo un esquema de clasificación no puede resolver solo problemas generados por un dominio específico, por lo que se necesita contar con otras formas de organización. El tratamiento de documentos en música todavía está en desarrollo en el área de Biblioteconomía y Ciencia de la Información, por lo que considera importante esa investigación, pues permite proporcionar presupuestos teóricos y otras perspectivas a futuros trabajos.

Palabras clave: Ontogenia. Clasificación Decimal de Dewey. Música. Clasificación bibliográfica. CDD 20.

1. Introdução

No Século XX, o preconceito bastante visível nas edições da CDD foi considerado um problema real à medida que os Estados Unidos começaram a receber imigrantes de inúmeras culturas. A partir de então, houve a necessidade de que o código de classificação se desenvolvesse para atender a demanda da diversidade cultural (Scott, 2005).

As alterações nas edições da CDD demonstraram uma reflexão “não apenas de novas ideias e tecnologias, mas também a evolução do pensamento e conceitos de inter-relacionamento humano” (Scott, 2005, p. 2, tradução livre). Com isso, é possível dizer que o sistema de classificação, em sua perspectiva ideal, molda-se, cresce e se ajusta à evolução do conhecimento, de

Abstract

The general objective of this study is to demonstrate the importance and the impact that the modifications made in the DDC's 20th edition brought to the music class. For this purpose, the titles of the first level sub-sections (.1-.9) of division 780 in DDC issues 18, 19 and 20 were analyzed. The methodology chosen for this study was a multi-faceted ontogeny analysis. As a result, it is possible to affirm that the editorial exchange carried out to broaden the cultural context in the DDC, were relevant for the conceptual revision and the breaking of biases previously verified in the music class. The analysis demonstrated how a classification scheme can not solve problems generated by a specific domain alone, necessitating the addition of other forms of organization (as discussed in division 780). The organization and treatment of documents in music is still under development in the area of Librarianship and Information Science, so this research can contribute to provide theoretical assumptions and other perspectives to future works.

Keywords: Ontogeny. Dewey Decimal Classification. Bibliographic classification. Music. DDC 20th edition.

modo geral, bem como à necessidade de sistemas mais flexíveis.

As mudanças nos sistemas de classificação são perceptíveis por meio da análise das revisões realizadas a cada nova edição. Atualmente, em 2019, a CDD está na 23ª edição completa, publicada em 2011. Nesse sistema, as modificações são categorizadas em três tipos: *expansão*, *deslocamento* (*descontinuação e continuação*) e *relocação*. Qualquer um dos três tipos de modificação reflete, em princípio, o crescimento de determinado ramo do conhecimento e/ou a compreensão sob uma abordagem diferente do mesmo (Bloomberg & Weber, 1976; Chan, 1973; Dewey, 1971; Scott, 2005).

Quando se fala em *expansão*, há a introdução de novos números nas notações, assim como a rein-

trodução de números utilizados em edições anteriores. A expansão também se relaciona à adição de subdivisões para que um determinado aspecto descrito anteriormente de forma ampla, possa ser delimitado e isso produza notações mais compreensíveis (Bloomberg & Weber, 1976; Chan, 1973; Dewey, 1971; Scott, 2005).

O *deslocamento* se refere a mudança de números em um mesmo tópico respeitando a ordem hierárquica da subseção; é dividido em: *descontinuação* e *continuação*. Em *descontinuação*, os tópicos são movidos para números considerados maiores e gerais, assim como também possibilita a exclusão da expressão de alguns contextos que perderam o sentido em alguma divisão ou seção determinada. A *continuação* faz referência das mudanças de tópicos para números subordinados, com isso é considerada mais específica (Scott, 2005).

Em se tratando da *relocação*, há também o deslocamento de um número para outro, indicando que o número está desocupado ou descontinuado na edição que se apresenta (Bloomberg & Weber, 1976; Chan, 1973; Dewey, 1971; Scott, 2005).

1.1. A relevância das análises sobre a CDD

Ontogenia, é uma palavra derivada do latim que significa: *onto* = ser e *genia* = criação. Na Biologia, são realizadas investigações sobre as transformações em cada etapa de vida de um organismo. Porém, na Ciência da Informação, a ontogenia é um estudo realizado para compreender o tempo de vida de um determinado assunto e observar como o mesmo sofre alterações num dado esquema de classificação. A temporalidade produz mudanças e isso afeta a inserção ou remoção de classes no sistema, assim como a subdivisão, afetando seu poder colocativo.

Quando não há a preservação da integridade colocativa, surge no indivíduo a dificuldade de compreensão da logística no acervo; o que possibilita a exaustão na procura do material que deseja, ou a desistência da busca por não conseguir encontrar o que procura. Portanto, ao classificar, a representação da informação deve se sustentar de modo que os usuários a consigam interpretar de modo adequado à localização e recuperação da informação desejada. Com isso, destaca-se a necessidade de implementar as atualizações necessárias ao sistema de classificação justamente para preservar a integridade da representação de um domínio particular, para disseminar de maneira precisa a informação ao usuário e também para evitar a dispersão causada por vieses (Tennis, 2012).

A noção de viés foi introduzida por Ranganathan em 1960 através da explicação dos mecanismos

de relação entre os sujeitos da *Colon Classification*. Posteriormente, o conceito de viés obteve seu significado ampliado passando a representar qualquer manifestação distorcida ou inconveniente de conceitos. Atualmente, foi proposta a possibilidade de inserir terminologias tendenciosas como forma de atender às necessidades de usuários específicos e que compartilham uma linha de pensamento (Barité & Colombo, 2013).

Para Barité e Colombo (2013), a questão do viés tem recebido atenção em três níveis: primeiro, na identificação de terminologia tendenciosa, segundo no que corresponde à identificação e avaliação de diferentes tipos de preconceito e o terceiro nível é mais elaborado, como reconhecimento e instituição de uma nova área problemática dentro da Organização do Conhecimento. Entende-se que na prática são verificados dois tipos de vieses, sendo um considerado o viés negativo, que reflete visões preconceituosas ou injustas em relação a aspectos como gênero, raça, orientação sexual, religiosa; ou políticas; e o outro, o viés positivo, que ocorre quando domínio tem certas necessidades de informação para satisfazer um grupo da sociedade com as particularidades de identidade e cultura.

Desta forma, o viés cultural é positivo quando os termos são definidos de forma premeditada que refletem expressões culturais e reconhecidas como sua propriedade por uma comunidade, a tal ponto que constituem sua identidade. Nessa perspectiva, renunciar a vocação universal que era tão firmemente defendida na Organização do Conhecimento, prevalecendo o valor das culturas locais, minorias ou grupos sociais. No entanto, o viés cultural é classificado como negativo quando, as expressões são inadequadas, discriminatória ou prejudicial para um grupo de usuários que compartilham os mesmos padrões culturais (Barité & Colombo, 2013).

Há também um terceiro tipo de viés identificado por Colombo (2015) considerado viés neutro; conceito incorporado por Ranganathan como uma abordagem tendenciosa representada por uma ferramenta em um sistema de classificação (embora possa acontecer em qualquer sistema de organização e representação do conhecimento).

Conforme Martínéz-Ávila e Guimarães (2013) e Foskett (1971), o ideal em se tratando de um esquema de classificação, é de não refletir preconceitos embutidos muitas vezes por o tempo e/ou pelo próprio profissional responsável por realizar a classificação. Em muitos casos, alguns vieses “[...] foram introduzidos com o inconsciente ou intencional pose de reforçar os discursos de poder e os status quo” (Martínéz-Ávila & Guimarães, 2013, p. 22).

Os vieses são resultados de explicações sobre atributos escolhidos para categorizar a característica essencial de uma pessoa; da utilização de sistemas de classificação que refletem interesses e necessidades beneficiando apenas uma porção de usuários em determinada comunidade; e da utilização da classificação apenas como único instrumento cultural (Furner & Dunbar, 2004; Hjørland, 2008; McIlwaine; Milani, Guimarães & Olson, 2014; Olson, 1999).

Os sistemas de informação podem ser tendenciosos, nesse caso, um viés mais relacionado com os fatores que contribuem para a perspectiva única fazendo parte da análise de domínio. Se o viés é inevitável, os sistemas de informação devem ser elaborados para incorporar o viés de maneira responsável, como por exemplo, explicitando os critérios usados para construir cada domínio e explorar as abordagens que os critérios podem ser selecionados. Logo, se não pudermos eliminar o viés, devemos tentar ser mais responsáveis e explicitamente decidir e defender as perspectivas representadas nos sistemas de informação; pois a escolha de um instrumento para representar um contexto, proporciona uma identidade cultural e isso transmite e interfere no pensamento social (Feinberg, 2007; Milani, Guimarães & Olson, 2014; Tennis, 2012).

1.2. A música na 20ª edição da CDD

Há que se destacar a perspectiva dialética relacionada às necessárias revisões da CDD: os ajustes realizados no sistema, provocados pelos novos olhares trazidos pelos novos usuários do sistema, também eram responsáveis pela ampliação do uso da CDD. Conforme Scott (2005), a classificação de Dewey passou a ser conhecida e utilizada não apenas nos Estados Unidos, mas em outros países. Dessa forma, para a ampliação de suas perspectivas, entre as décadas de 1960 à 1970, três estudos foram considerados importantes para a discussão do código: o impacto da CDD fora da América do Norte, o uso da CDD nos Estados Unidos e sua utilização no Canadá. Tais pesquisas resultaram em sete principais descobertas sobre o sistema (Scott, 2005, p. 11, tradução livre):

[...] 1- aprovação de técnicas para dar tratamento preferencial aos materiais locais / nacionais; 2- falta de entusiasmo por notação mista; 3- preocupação com a indiferença da CDD em relação ao "conceito de lapidação"[...]; 4- alguma insatisfação com a ordem das principais classes; 5- crítica de números (geralmente sintéticos) fornecidos no índice, embora não nas tabelas; 6- falta de familiaridade da Classificação de Dewey e consequente desconhecimento das revisões das tabelas antes da publicação de cada nova edição; 7- desejo de mais informações sobre políticas da CDD e seus planos de revisões.

Posteriormente a esses resultados, os editores e organizadores responsáveis pela publicação da CDD empenharam-se na disponibilização do conteúdo representado de maneira acessível e fidedigna à diversidade social (Scott, 2005).

Dentre as atualizações da CDD, a 20ª, publicada em 1989 pelo editor John Philip Comaromi, foi considerada revolucionária para o sistema de classificação e "definidora de tendências". Isso se esclarece pelo fato de que houve alteração no número de volumes (quatro, em vez de três), a utilização de *layout* compactado (visando economia de papel pela editora) e por ter sido a primeira edição a ser disponibilizada eletronicamente, além de ter sua produção através de um sistema editorial de suporte *on-line* (Scott, 2005).

Ademais, entre suas inovações, destaca-se a que mais interessa a esse artigo: a seção de música (780) foi completamente revisada. Scott (2005, p. 6, tradução livre) descreve:

A revisão de 780 (Music) foi recebida por murmúrios discordantes e rejeição generalizada. Professores e treinadores apreciaram a introdução completamente revisada.

Um ponto interessante a considerar diante das mudanças na seção de música foi o diálogo estabelecido entre o sistema de classificação, profissionais músicos e usuários através da linguagem. Nessa nova edição, houve maior cuidado no tratamento terminológico e na estruturação de categorias em música. Outro fato considerado importante, é que a 20ª edição por ter sido disponibilizada eletronicamente, incorporou maior descrição de metadados para a organização de sistemas de informação. Isso, principalmente em se tratando de música, foi uma mudança significativa, pois a partir de 1989, de acordo com Downie (2003) iniciaram estudos sobre a recuperação da informação em música no âmbito digital (MIR). Desse modo, a nova estrutura da divisão de música, proporcionou maior nível de representação e descrição da música em diferentes formatos, inclusive no digital. Por esse motivo, enfatiza-se a importância da demonstração das mudanças ocorridas na 20ª edição da CDD.

Quando se investiga as alterações realizadas em música na divisão 780, muito pouco se encontra sobre as suas comparações em relação às outras edições ou em referência aos motivos de revisões e supostas críticas sobre as mudanças estabelecidas. Considerando-se esse cenário, esse estudo se justifica pela importância da demonstração dos tipos de *expansão*, *descontinuação* e *relocação* encontrados nesta vigésima edição. É importante enfatizar também que o tratamento da representação de documentos em música ainda está em crescimento na área da Biblioteconomia

e Ciência da Informação, portanto, pesquisas desenvolvidas sobre a temática são de total relevância, não apenas para o âmbito científico, mas como também, para a prática profissional.

O objetivo geral deste estudo é demonstrar a importância e o impacto que as modificações realizadas na 20ª edição trouxeram para a classe da música. Para o cumprimento do objetivo geral, propõem-se os objetivos específicos: a) analisar os títulos das subseções de primeiro nível (.1 a .9) da divisão 780 nas edições 18, 19 e 20 da CDD; e b) demonstrar preliminarmente o impacto da mudança estrutural realizada em música na 20ª edição da CDD.

Essa pesquisa caracteriza-se como documental e possui como principal método a ontogenia através da *análise multi-facetada*. Essa análise é desenvolvida e aplicada na CDD nos trabalhos dos autores: Tennis (2002; 2012; 2016), Fox (2013; 2016) e Lee (2016). Como não há diretrizes da realização desse método apesar de haver trabalhos aplicando o mesmo, nesse presente estudo, foram escolhidas para a realização da análise, as seções de primeiro nível (.1 - .9) da divisão música (780 – 789) a fim de obter melhor compreensão das modificações realizadas na 20ª edição. O instrumento utilizado para a viabilização desse estudo é a Classificação Decimal de Dewey (CDD), especificamente as edições completas 18, 19 e 20, publicadas em 1971, 1979 e 1989 respectivamente.

2. Breve histórico das edições da CDD

Para descrever as alterações da seção de música na 20ª edição, considera-se importante abordar a progressão geral do código nas edições anteriores. Desde 2011 na 23ª edição completa, a CDD recebeu, ao longo de seu desenvolvimento, contribuições de diversos pesquisadores que, de acordo com seus conhecimentos específicos, auxiliaram na identificação e na localização mais precisa das disciplinas inseridas no código de classificação. Tendo em vista o longo período de atividade da CDD, mais precisamente 135 anos no espaço que compreende a publicação da primeira edição, em 1876 e a publicação da 23ª edição, em 2011, e considerando-se também sua natureza enciclopédica, é natural que tenham ocorrido diversas alterações na estrutura conceitual que sustenta o sistema de classificação. Miksa (1998), destaca três períodos importantes de mudança no código de classificação: começo (edições 1 a 6), conflito (edições 7 a 15) e recuperação e adiantamento (edições 16 a 21).

Com isso, para melhor compreensão das mudanças apresentadas na CDD, retrata-se, resumidamente, as alterações verificadas em cada

edição, da primeira à 18ª edição, com base em Lentino (1971). As edições 19 e 20 são tratadas separadamente na sequência. Assim, as edições da CDD são as seguintes:

- *1ª edição (1876)*. Possuía apenas 42 páginas e era dividida em: introdução, tabelas e índices. Publicada anonimamente, suas classes não continham números e era considerada sistema de classificação e catalogação, por ser um manual de organização em bibliotecas.
- *2ª edição (1885)*. Foram adicionadas páginas, totalizando 314. Houve o acréscimo do sistema decimal e autoria de publicação.
- *3ª edição (1888)*. Agregou representantes em países além dos Estados Unidos, incluindo Inglaterra (Londres), França (Paris), Alemanha (Leipzig) e Itália (Florença). O número de páginas aumentou para 416, obedecendo o mesmo padrão de divisão que as edições anteriores.
- *4ª edição (1891)*. Com 466 páginas, adquiriu ortografia simplificada. Os tópicos da introdução estruturados nessa edição foram os mesmos utilizados nas edições 11ª à 18ª, havendo transcrição na 15ª.
- *5ª edição (1894)*. Publicada com 467 páginas, ortografia simplificada, foi inserido por Dewey, um agradecimento especial em homenagem à Seymor, por terem trabalhos juntos (34 anos) até seu óbito.
- *6ª edição (1899)*. Houve a expansão do registro de cidades. A seção 027.4 (bibliotecas públicas) foi inserida e permaneceu até a 18ª edição – considerada importante para a área da Biblioteconomia, pois posteriormente agregaram-se novas subseções relacionadas aos exercícios da área.
- *7ª edição (1911)*. Uma edição muito próxima da 6ª e que foi organizada pela mesma editora (Forest Press). Foram acrescentados os sinais de: relação, acréscimo, forma, ponto de vista, universalidade, lugar, tempo e língua – apresentados em ordem horizontal. *8ª edição (1913)*. Foram adicionadas inúmeras expansões, notas e entradas de índices totalizando 850 páginas.
- *9ª edição (1915)*. Com 856 páginas, obteve modificações adicionando notas e erratas.
- *10ª edição (1919)*. Agregando um conjunto de revisões e expansões ao código, alcançou 940 páginas, incluiu cabeçalhos de assunto para atender as necessidades de estudos realizados nas edições anteriores.

- *11ª edição (1922)*. Com 985 páginas, agregou 40.000 entradas de assunto (na 1ª edição havia apenas 2.600, ou seja há um aumento de 37.400 entradas de assunto).
- *12ª edição (1927)*. Dividida em 2 volumes, apresenta ortografia e editor modificados. As tabelas foram simplificadas, porém mantiveram-se as expansões anteriores. Ênfase em detalhamento sobre o mapa europeu e estudos descritivos sobre fases e história da guerra mundial.
- *13ª edição (1932)*. Adição da tabela especial para autores, utilizada principalmente por bibliotecas especializadas.
- *14ª edição (1942)*. Com 1927 páginas, permitiu melhor adequação de assuntos. Ampliou tabelas (inclusive sobre história europeia e guerra militar) e adicionou tabelas suplementares.
- *15ª edição (1951)*. Lançada como edição “Standard”, adicionando pela primeira vez o nome do Dewey na capa, seu tamanho foi reduzido para 716 páginas. Essa redução ocasionou crítica dos usuários devido ao número de páginas do índice, 192. Portanto, em 1952, foi publicada novamente com um índice maior (402 páginas); além de um maior número de entradas (35.000) e aboliu a ortografia simplificada.
- *16ª edição (1953)*. Com 2439 páginas e dois volumes. Uma crítica forte a essa edição foi a não alteração de assuntos relacionados à América Latina. Um exemplo são os estados brasileiros classificados todos com o mesmo número de entrada (.816).
- *17ª edição (1965)*. Totalizando 2490 páginas, realizou a modificação dos sinais: divisão, expansão e indicativo geográfico. Além de acrescentar números de *relocações* de conceitos. Recebeu críticas pela configuração do cabeçalho de assuntos centralizado.
- *18ª edição (1971)*. Alterações notáveis foram aplicadas nas divisões de direito (340) e matemática (510). Essa revisão foi muito aguardada por usuários e principalmente por profissionais de bibliotecas jurídicas. Foram também integrados estudos realizados em 23 países para suprir a falha do sistema de classificação e visar atender a demanda de diversas culturas. Ademais, foi elaborada lista de *relocação*.

2.1. Edições 19 e 20

A 19ª edição manteve o mesmo padrão e estrutura da edição anterior, porém o índice foi considerado difícil de manusear e com isso criticado como improdutivo. Posteriormente, houve a publicação do

Manual on the Use of Dewey Decimal Classification Edition 19, que além de elogiado, tornou-se parte da 20ª edição da CDD (Scott, 2005).

Em 1989, a 20ª edição foi impressa. Acreditando na perspectiva de acompanhar o crescimento do conhecimento, o editor John Philip Comaromi a organizou com a finalidade de encontrar equilíbrio entre estabilidade (modelos das antigas edições) e mudança (inovações necessárias visando o contexto de organização bibliográfica e representação social). Tal revisão é conhecida por continuar o processo de *de-slot-ification*, iniciado na 19ª edição, conceito que, conforme Scott, (2005, p. 8, tradução livre):

[...] suplementa a enumeração com ordens de citação estruturadas e análise de facetas, técnicas que se desenvolveram principalmente na Índia e no Reino Unido.

A emersão desse processo ocorreu com o intercâmbio dos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Inúmeras produções de cronogramas foram desenvolvidas para a revisão das divisões do sistema decimal de classificação; especificamente para a divisão 780 referente à música. Essa associação do corpo editorial entre os países se fez necessária e mostrou-se eficiente para proporcionar ao usuário estrangeiro maior compreensão das políticas e práticas de Dewey, assim como para os Estados Unidos incorporarem e aplicarem o *de-slot-ification* no código de classificação em áreas anteriormente tratadas com menor importância. Com isso, a divisão de música (780) após analisada por especialistas externos, obteve a inserção de novas facetas (Library of Congress, 1975; Scott, 2005).

3. Divisão 780 (música)

De acordo com o índice da 20ª edição da CDD, os responsáveis pela revisão da área de música foram Russel Sweeney e John Clews, que se basearam no *British Catalogue of Music* (Catálogo de Música Britânico) para a sua estruturação. A coleção britânica é famosa por compor em seu acervo: música impressa e manuscrita, gravações, programas de concertos, livros e periódicos. Sobretudo, realiza tratamento especializado em documentos de música tradicional, folclórica e mundial. Dessa forma, o esquema de notação da divisão 780, através da influencia britânica, proporcionou espaço para diferentes formas musicais, tais como: música clássica e popular (havendo expansão de gêneros; jazz, blues, country, músicas ocidentais, folk, e entre outros) (Stevenson, 1981).

Para possibilitar o tratamento de mídias instrumentais de performance, Sweeney e Clews inspiraram-se na classificação de Eric Von Hornbostel (pioneiro na área da etnomusicologia) e Curt

Sachs, conhecida como *Classificação Hornbostel-Sachs* (formulada para instrumentos musicais permitindo abranger qualquer cultura) (Stevenson, 1981).

De acordo com Stevenson (1981) o “coração do sistema” é justamente direcionado às mídias de performance. Isso demonstra a importância do referencial em que a revisão da 20ª edição na seção de música foi construída. O mesmo, define as divisões de música nas seguintes quatro categorias: “[...] A classe 780 é para subdivisões padrões, 781 é para princípios, 782 à 788 são para mídias de performance, e 789 para compositores individuais [...]” (Stevenson, 1981, p. 500, tradução livre).

A nova revisão em música, proporcionou ao antigo sistema de Dewey, maior número de entradas para representar um assunto. Essa perspectiva da mudança foi aclamada por profissionais, porém, essa estrutura classificatória também apresentou falhas criticadas negativamente (Stevenson, 1981). Desse modo, Hahn (1994) analisa os problemas apresentados na divisão “música”, na 20ª edição da CDD, e aponta sete principais características a serem observadas, que são: (1) a música classificada em Artes como uma divisão e não como uma classe; (2) teoria musical tendenciosa à cultura ocidental, principalmente em se tratando de música vocal e instrumental; (3) a nova revisão da edição possui números maiores em sua classificação devido à limitação do sistema de notação; (4) por enfatizar mídias de performance (considerada um tipo de prática musical), negligencia a teoria musical; (5) números de classificação atribuídos de modo desequilibrado entre seções e subseções; (6) assuntos importantes não abordados no código como a musicologia e instrumentos específicos de alguns países; (7) terminologia considerada inconsistente.

Outro problema encontrado é sobre a questão dos compositores. Não há um princípio exato de escolha sobre quais compositores são essenciais para serem acrescentados no sistema e o modo de construção dos números das classes dos mesmos. Dessa forma, 300 nomes de compositores foram inseridos no código, juntamente com a opção de “classificar um compositor não nomeado em esta lista em 789 sem subdivisão adicional” (Stevenson, 1981).

O processo de inclusão, assim como de exclusão de compositores tornou-se delicada, pois o sistema apenas reconheceu músicos que apresentavam maior índice de relevância em publicações. Em se tratando de uma classificação que abrangeu culturas internacionais, certos nomes serão apenas conhecidos em seus determinados

países e regiões. Portanto, a solução viável proposta, foi a inserção de todos os músicos em 789, juntamente com a criação de subclasses para cada um (Stevenson, 1981). O que foi retirado ou alterado no código é objeto do próximo capítulo, por meio do recurso metodológico da ontogenia na análise da divisão de música.

4. Ontogenia da divisão 780 na 20ª edição da CDD

Seguindo as quatro categorias indicadas por Stevenson (1981) na divisão de música (subdivisões padrões (780), princípios (781), mídias de performance (782 – 788) e compositores individuais (789)), mensurou-se, através do Quadro I, as revisões realizadas na 20ª edição da CDD; considerando que: A= alterações; E= exclusões; NS= novas seções.

	Subd. padrões	Princípios	Mídias de performance	Comp. individuais
A	4	8	47	8
E	4	1	4	1
NS	0	0	11	0

Quadro I. *Ontogenia CDD – revisões da 20ª edição (tradução livre)*

Analisando o Quadro I, somando os tipos de revisões realizadas, totalizaram-se em: A (alterações) = 67; E (exclusões) = 10 e NS (novas seções) = 11. Com isso, conforme observado, a categoria “mídias de performance” se destacou por seu maior número de revisões, indicando a total relevância da incorporação dos termos e conceitos provindos da Classificação Hornbostel-Sachs.

N. Seção	Título Seção
.1	Sinfonias e bandas de música
.2	Música para orquestra com partes vocais incidentais
.3	Músicas variadas para orquestra
.4	Música para pequenos conjuntos
.5	Aberturas independentes para orquestra
.6	Concertos
.7	Música de câmara
.8	Suites para orquestra
.9	

Quadro II. *Cojuntos instrumentais e suas músicas – 18ª edição (tradução livre)*

Para melhor compreensão do impacto conceitual que ocorreu na estrutura da CDD na 20ª edição, foi escolhida a seção 785 (“conjuntos instrumentais e suas músicas”) para exemplificar a ontogenia evolutiva da área de música. A seção 785 é referente à “mídias de performance” e foi selecionada por demonstrar os três tipos de revisões indicadas no Quadro I, que são: alterações, exclusões e novas seções. Para a análise, foram utilizadas apenas duas edições anteriores à 20ª (18ª e 19ª), que serão demonstradas a seguir em ordem cronológica de edição. Dessa forma, observe abaixo o Quadro II relativo à 18ª edição.

N. Seção	Título Seção
.1	Filosofia, teoria, estética
.2	Miscelânea
.3	
.4	
.5	
.6	Organizações e gestão
.7	Estudo, ensino, concertos
.8	
.9	Tratamento histórico e geográfico

Quadro III. *Conjuntos instrumentais e suas músicas – 19ª edição (tradução livre)*

Como se pode observar, na 18ª edição as subseções remetiam a um gênero específico musical expressado pela música clássica. Desse modo, obstruíram-se outros tipos de conjuntos musicais pertencentes a diferentes gêneros. A subseção “.9” era apresentada vaga e para obter esse destaque, foi preenchida no Quadro II com a cor cinza. Posteriormente, na 19ª revisão, ocorreram grandes mudanças. Ainda com o mesmo título de seção, a 19ª edição, a fim de exprimir conceitos de teoria musical (englobando inclusive seus instrumentos, à subseção “.1”), representa os conceitos de filosofia, teoria e estética musical ao invés de apenas sinfonias. O mesmo ocorreu com a subseção “.2”, representando variações e misturas musicais diferentes da publicação anterior, que abordava apenas músicas para orquestras.

Nas subseções “.6” e “.7” houve alteração conceitual, indicando não apenas concertos e músicas de câmara, mas sim organizações gerais e estudo e ensino de performances musicais. A subseção “.9” indicada com a cor azul na Tabela III, preencheu uma classe vaga dedicando-lhe espaço para tratamento histórico e geográfico musical. Indicadas com a cor vermelha, as subseções “.3”, “.4”, “.5” e “.8” foram retidas, permitindo que

tais classes ficassem vagas novamente. Apenas na 20ª edição da CDD, essa seção ficou inteiramente direcionada aos variados instrumentos musicais, observados a seguir:

N. Seção	Título Seção
.1	Conjuntos por tamanho
.2	Conjuntos com teclado
.3	Conjuntos sem eletrofonos e com percussão e teclado
.4	Conjuntos sem teclado
.5	Conjuntos sem teclado e com percussão
.6	Teclado, eletrofone, conjuntos de percussão
.7	Conjuntos de cordas e conjuntos de cordas curvadas
.8	Conjuntos com instrumentos de sopro
.9	Conjuntos de metal

Quadro IV. *Conjuntos com apenas um instrumento por peça – 20ª edição (tradução livre)*

O Quadro IV não apenas expressou as mudanças obtidas em todas as subseções, como também demonstrou a alteração do título principal da seção; antes denominado como “conjuntos instrumentais e suas músicas”, agora “conjuntos com apenas um instrumento por peça”. As alterações e inserções de subseções tornaram evidentes um conhecimento maior e específico de instrumentos musicais. Isso não apenas permite reconhecê-los e identificá-los com diversas culturas, como possibilita abranger distintos gêneros musicais a partir de um mesmo instrumento, ou conjunto de instrumentos.

5. Alterações posteriores (21ª à 23ª edição)

A renovação proporcionada pela 20ª edição, não afetou estruturalmente os esquemas das publicações subsequentes. Na 21ª edição, houve alteração no título da seção 781; antes compreendida como “princípios gerais e considerações”, adequando o nome para “princípios gerais e formas musicais” – permanecendo assim nos dias atuais. Na 23ª revisão, a seção 787 sofreu leve alteração pela remoção de parte do título; “instrumentos de cordas (cordofones)”, antes classificado como instrumentos de cordas (cordofones) e instrumentos de cordas curvadas”.

Em se tratando das subseções de primeiro nível, também quase não houve alteração. Na edição 20, a seção 785 apresentava em “.6”: “teclado,

eletrofone, conjuntos de percussão”, sendo ampliada na 21ª para “teclado, mecânica, eólica, eletrofone, conjuntos de percussão”. Na seção 786, em “.9”, da mesma revisão, houve síntese do título; sendo o antigo “baterias e dispositivos utilizados para efeitos de percussão”, condensado para “baterias e dispositivos utilizados para percussão”. Houve também o preenchimento de “.7” em 789, adicionando o gênero música sacra para a descrição de compositores individuais.

A 22ª revisão, apresentou apenas duas alterações. Sendo a primeira na seção 780 e subseção “.8”, descrita anteriormente como “história e descrição da música em relação aos tipos de pessoa” e apenas explicitando a descontinuação de um número: “história e descrição da música em relação aos tipos de pessoa [anteriormente também em 306.484208]”; e a segunda, 789, “.8”, com revisão no título “música de arte ocidental (música clássica)”, antes apresentada como “arte ocidental (clássica) música”.

A última edição, 23ª, propôs mais algumas revisões. A seção 780 sofreu alteração em todas as subseções, sendo elas: “.1”: intitulada anteriormente como “filosofia e teoria”, abrangeu um significado maior agregando mais conceitos “filosofia e teoria, guias analíticos, notas de programa”; “.2”: conhecida na revisão anterior como “miscelânea”, expandida para “miscelânea; textos; tratados sobre partituras e gravações”; “.7”: houve a inversão da ordem nos nomes “educação, pesquisa, tópicos relacionados; performances”, antes com o título “educação, pesquisa, performances, tópicos relacionados”; “.8”: conhecido anteriormente como “história e descrição da música em relação aos tipos de pessoa [antigamente também em 306.484208]”, sintetizado atualmente para “grupos de pessoas”; e “.9”: descrito na antiga edição “tratamento histórico, geográfico e de pessoas”, representado como “biografia e tratamento histórico geográfico”.

Em “principios básicos” na subseção “.1” (781), o título foi modificado para “principios básicos de música”. A seção 782, também em “.1”, alterou “formas vocais dramáticas Óperas”, agora nomeada “óperas e formas vocais dramáticas relacionadas”. Também houve modificação para melhor sintetização de assunto em 784, “.2”, intitulada na edição anterior “orquestra completa (sinfônica)”, representada na última revisão como “orquestra completa (orquestra sinfônica)”. A seção 785 (.7) que antes era nomeada por “conjuntos de cordas e conjuntos de cordas curvadas”, foi condensado apenas para “conjuntos de cordas”.

Em 786, houve duas modificações. A primeira para “.5”: “órgãos” (anteriormente: “instrumentos com teclado e órgão) e a segunda, na subseção

“.7”: “instrumentos eletrônicos (eletrofones)”, descrito na antiga revisão como “eletrofones e instrumentos eletrônicos”. Finalizando, a última subseção modificada foi a “.6” da seção 787, onde alterou “outros instrumentos de cordas curvadas e viola” para “violas e instrumentos relacionados”.

As revisões das edições 21ª à 23ª da CDD na seção de música, comparadas à 20ª, foram bem menores; porém, isso não diminui a importância das alterações realizadas nas mesmas. Neste estudo, o principal objetivo foi demonstrar o impacto das mudanças que a 20ª edição proporcionou para a organização de documentos em música, porém, em estudos posteriores será demonstrado em maior mais extensão e detalhamento, a estrutura em música da 23ª edição da CDD (atual).

Para concluir esse capítulo e apresentar preliminarmente a proporção das mudanças realizadas na 20ª edição, abaixo serão demonstradas as alterações (destacadas com a cor amarela) dos títulos das subdivisões de *Music* (780 à 789), comparando da 18ª à 23ª edição, equivalente a praticamente 50 anos de CDD.

	18 ed.	19 ed.	20 ed.
780	Música	Música	Música
781	Princípios gerais e considerações	Princípios gerais e considerações	Princípios gerais e considerações
782	Música dramática e produção de drama musical	Música dramática e produção de drama musical	Música vocal
783	Música sacra	Música sacra	Música para vozes solo - A voz
784	Voz e música vocal	Voz e música vocal	Instrumentos e conjuntos instrumentais e sua música
785	Conjuntos instrumentais e sua música	Conjuntos instrumentais e sua música	Conjuntos com apenas um instrumento por peça
786	Instrumentos de teclado e sua música	Instrumentos de teclado e sua música	Teclado, eletrofone mecânico, instrumentos de percussão
787	Instrumentos de corda e sua música	Instrumentos de corda e sua música	Instrumentos de cordas (Cordofones) Instrumentos de cordas curvos
788	Instrumentos de sopro e sua música	Instrumentos de sopro e sua música	Instrumentos de sopro (Aerofones)

789	Instrumentos de percussão, mecânicos e elétricos	Instrumentos de percussão, mecânicos e elétricos	Compositores e tradições de música
-----	--	--	------------------------------------

Quadro V. Mudanças dos títulos das subdivisões de Music – 18ª à 20ª edição (tradução livre)

Conforme demonstrado no Quadro V, nas edições 18ª e 19ª não houveram alterações dos títulos, significando que apesar de ocorrerem mudanças dentro de suas subdivisões exemplificados anteriormente, conceitualmente, as representações sobre a perspectiva da música é praticamente, senão a mesma. Após a publicação da 20ª edição, houveram grandes mudanças na descrição do universo da música. Nota-se maior propriedade de denominação e reconhecimento de instrumentos e gêneros musicais, além de incorporar e especificar instrumentos eletrônicos (o que antes não havia). As edições 21 à 23 proporcionaram pequenas alterações, conforme observadas no quadro abaixo:

	21 ed.	22 ed.	23 ed.
780	Música	Música	Música
781	Princípios gerais e formas musicais	Princípios gerais e formas musicais	Princípios gerais e formas musicais
782	Música vocal	Música vocal	Música vocal
783	Música para vozes solo - A voz	Música para vozes solo - A voz	Música para vozes solo - A voz
784	Instrumentos e conjuntos instrumentais e sua música	Instrumentos e conjuntos instrumentais e sua música	Instrumentos e conjuntos instrumentais e sua música
785	Conjuntos com apenas um instrumento por peça	Conjuntos com apenas um instrumento por peça	Conjuntos com apenas um instrumento por peça
786	Teclado, eletrofone mecânico, instrumentos de percussão	Teclado, eletrofone mecânico, instrumentos de percussão	Teclado, eletrofone mecânico, instrumentos de percussão
787	Instrumentos de Cordas (Cordofones) Instrumentos de cordas curvos	Instrumentos de Cordas (Cordofones) Instrumentos de cordas curvos	Instrumentos de Cordas (Cordofones)
788	Instrumentos de sopro (Aerofones)	Instrumentos de sopro (Aerofones)	Instrumentos de sopro (Aerofones)
789	Compositores e tradições de música	Compositores e tradições de música	Compositores e tradições de música

Quadro VI. Mudanças dos títulos das subdivisões de Music – 21ª à 23ª edição (tradução livre)

Da 21ª edição à 23ª, nota-se que as mudanças proporcionadas foram mais gramaticais para melhor adequação do assunto do que conceituais. E após observar o Quadro VI, é evidente que a grande mudança de estrutura e conceito da divisão 780 Music da CDD, se deu em sua 20ª edição, o que justifica a importância de estudos sobre a sua organização.

6. Considerações finais

De acordo com Redfern (1998), os documentos encontrados na área de música por apresentarem diversos formatos, podem manifestar complexidade em seu tratamento por meio da classificação, principalmente em se tratando de organizá-los nas prateleiras do acervo. Com isso, por serem considerados um domínio muito específico, uma classificação universal não representa adequadamente todos os tipos de materiais e dessa forma, exige uma organização mais específica como suporte perante a classificação já existente.

Desse modo, analisando-se a divisão de música da 20ª edição da CDD através da ontogenia, é preciso observar que não se propôs a solução de todos os problemas existentes na organização de documentos musicais, mas sim a possibilidade de um novo olhar para a área da música, visando a torná-la mais acessível pela adoção de uma nova estruturação.

O estudo sobre a Ontogenia se mostra importante para compreender a evolução não apenas do tratamento de um conceito em um domínio específico, mas também do conceito em si, o qual pode sofrer variações em relação ao seu contorno semântico ao longo do tempo de vida de um dado esquema de classificação. Esse tipo de mudança é importante tanto para aqueles que se envolvem com a organização do sistema, mais próximos dos classificacionistas, quanto para os que utilizam o sistema na prática cotidiana, mais próximos dos classificadores.

As alterações evidenciam a fragilidade dos sistemas de classificação, de todos eles, e ao mesmo tempo revelam sua capacidade de conformar-se aos novos modos de organização do conhecimento, respeitando a sua dinamicidade.

Além do mais, como foi possível verificar com o estudo sobre a classe que inclui a música, espera-se que um sistema de classificação consiga alcançar um modo de representação de um esquema de acordo com a linguagem que a comu-

nidade de acesso a interpretar. Também se espera, além da representação de maneira acessível, melhorar comunicação entre sistema informacional, integridade colocativa de assuntos e quebra de vieses proporcionados anteriormente em antigas edições.

Os trabalhos recuperados elaborados aplicando a ontogenia na CDD, apesar de não claramente demonstrarem diretrizes metodológicas da realização do método, contribuem na discussão da importância de representação conceitual. Ademais, fornecem pressupostos teóricos e inspiram outras perspectivas de trabalhos.

No que se refere à revisão da 20ª edição, especificamente no que concerne à divisão de música (780), trata-se de algo totalmente inovador, pois em sua reestruturação, foram priorizados os documentos musicais provindos de diferentes culturas que não poderiam ser representados anteriormente por não obterem espaço no código de classificação. Há evolução das políticas na reformulação da divisão de música ao buscarem outros catálogos e classificações utilizadas na área de música para incorporarem a CDD.

Como demonstrado na análise, a divisão da música na CDD passou por uma reestruturação completa, não apenas nos títulos das seções e subseções, mas, e isto é o mais relevante, em relação aos conceitos compreendidos nesta divisão. Dentro de sua própria divisão criou-se categorias organizacionais para representar contextos em cada uma delas; descritas anteriormente como: subdivisões padrões, princípios, mídias de performance e compositores individuais. Isso promulgou a organização do conhecimento na temática para posteriormente haver melhor representação e disseminação da informação.

É perfeitamente possível compreender os limites dos sistemas de classificação em geral, os limites específicos dos sistemas de classificação enciclopédicos, em menor grau, e a insuficiência de cada edição da CDD, de modo específico. Entretanto, as alterações realizadas especificamente na 20ª edição foram tão bem recebidas, que nas edições posteriores, houveram pequenas alterações relacionadas a títulos para melhor compreensão e representação conceitual. Esta nova compreensão permitiu não apenas representar outros gêneros e instrumentos provindos de outras culturas, como também, e principalmente, possibilitou o diálogo com músicos e com aqueles que estudam a música; pois há maior acessibilidade na linguagem de representação.

Esse trabalho faz parte da pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado em Ciência da Informação, na qual ainda serão aprofundadas

questões referentes à consistência das quatro categorias estruturadas na 20ª edição da CDD e a possibilidade de através das mesmas, criar um índice conceitual como método de orientação para a aplicação de instrumentos auxiliares na organização de materiais do domínio da música.

Referências

- Barité, M.; Colombo, S. (2013). *Garantía Cultural y Sesgo Positivo: Aproximación Teórico-Metodológica*. // Informação e/ou Conhecimento: as duas faces de Jano. I Congresso ISKO Espanha e Portugal / XI Congreso ISKO España. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1381-1394.
- Bloomberg, M.; Weber, H. H. (1976). *Introduction to classification and number building in Dewey*. Libraries Unlimited.
- Chan, L. M. (1973). *The Tenth Abridged Dewey Decimal Classification*. // *School Library Journal*. 2620, 2625.
- Colombo, S. (2015). *Sesgo y universalidad: un enfoque histórico-conceptual*. // II Congreso ISKO España-Portugal. Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos. Universidad de Murcia. 598-602.
- Dewey, M. (1971). *Dewey decimal classification and relative index* (No. 025.43 D4 1971).
- Downie, J. S. (2003). *Music information retrieval*. // *Annual review of information science and technology*. 37:1, 295-340.
- Feinberg, M. (2007). *Hidden bias to responsible bias: an approach to information systems based on Haraway's situated knowledges*. // *Information Research*. 12:4, paper colis07. <http://InformationR.net/ir/12-4/colis/colis07.html>.
- Foskett, Anthony Charles (1971). *Misogynists All: A Study in Critical Classification*. // *Library Resources & Technical Services*. 15:2 (Spring) 117-121.
- Fox, M. J. (2013). *Rhetorical Space and the Ontogeny of Women in the DDC*. // *Advances in Classification Research Online*. 23:1, 59-60.
- Fox, M. J. (2016). *Subjects in doubt: the ontogeny of intersex in the Dewey Decimal Classification*. *Knowledge Organization*. 43:8, 581-593.
- Furner, J.; Dunbar, A. W. (2004). *The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: a critical ace-theoretic approach*. // *Advances in Knowledge Organization*. 9, 115-120.
- Hahn, K. S. (1994). *A Study of the 780 Music of DDC*. // *Journal of the Korean Society for Library and Information Science*, 26, 75-112.
- Hjørland, B. (2008). *Deliberate bias in knowledge organization*. // *Advances in Knowledge Organization*. 11, 256-261.
- Lee, W. C. (2016). *An Exploratory Study of the Subject Ontogeny of Eugenics in the New Classification Scheme for Chinese Libraries and the Nippon Decimal Classification*. *Knowledge Organization*. 43:8, 594-608.
- Lentino, N. (1971). *Guia teórico, prático e comparado dos principais sistemas de classificação bibliográfica*. Editora Polígono.
- Library of Congress. (1975). *Annual Report of the Librarian of Congress for the fiscal year ending June 30*. Washington, DC: Library of Congress.
- Martínez-Ávila, D.; Guimarães, J. A. C. (2013). *Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics*. // *Scire*. 19:2, 21-26.
- McIlwaine, I. C. (2003). *Trends in knowledge organization research*. // *Knowledge organization*. 30:2, 75-86.

- Miksa, F. (1998). The DDC, the Universe of Knowledge, and the Post-Modern Library. // *Advances In Knowledge Organization*, 5, 406-412.
- Milani, S. O.; Guimarães, J. A. C.; Olson, H. A. (2014). Bias in subject representation: convergences and divergences in the international literature. // *Advances in Knowledge Organization*. 335-342.
- Olson, H. A. (1999). Exclusivity, teleology and hierarchy: Our Aristotelean legacy. // *Knowledge Organization*. 26:2, 65-73.
- Redfern, B. L. (1998). *Organizing Music in Libraries*. Clive Bingley.
- Scott, M. L. (2005). *Dewey Decimal Classification: a Study Manual and Number Building Guide*. Englewood: Libraries Unlimited.
- Stevenson, G. (1981). *DDC Dewey Decimal Classification. Proposed Revision of 780 Music* (Book Review).
- Tennis, J. (2002). Subject ontogeny: subject access through time and the dimensionality of classification. // López-Huertas, María J., ed., *Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century: Integration of knowledge across boundaries: Proceedings of the Seventh International ISKO Conference 10-13 July 2002 Granada*. Würzburg: Ergon, 54-59.
- Tennis, J. (2012). The strange case of eugenics: A subject's ontogeny in a long-lived classification scheme and the question of collocative integrity. // *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. 63:7, 1350-1359.
- Tennis, J. (2016). Methodological Challenges in Scheme Versioning and Subject Ontogeny Research. // *Knowledge Organization*. 43:8, 573-580..

Enviado: 2019-04-06. Segunda versión: 2019-07-03.
Aceptado: 2019-09-15.
